



PATRULHA MARIA DA PENHA: NÚMEROS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2018

Patrulha Maria da Penha

A Patrulha Maria da Penha é um programa do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima em parceria com a Prefeitura Municipal de Boa Vista para monitoramento de mulheres vítimas de violência doméstica que receberam Medidas Protetivas de Urgência.

Por meio de visitas periódicas de guarnições especializadas da Guarda Municipal de Boa Vista, este programa leva tranquilidade e segurança à mulher agredida, pois contribui para que o agressor mantenha-se cumprindo a medida protetiva, além de oferecer amparo em caso de descumprimento das determinações judiciais.

O programa Patrulha Maria da Penha tem se destacado no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, pois incentiva que mulheres vítimas deste tipo de violência denunciem seus agressores, além de dar maior visibilidade e difundir a atuação da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Este ano, de Janeiro a Junho, a Patrulha Maria da Penha recebeu para acompanhamento 355 casos de violência doméstica e familiar contra a mulher na cidade de Boa Vista.

Coleta de Dados

Os dados apresentados neste relatório foram obtidos a partir da análise dos documentos que deram origem aos pedidos de Medidas Protetivas de Urgência (boletim de ocorrência, termo de declaração ou petição) e das decisões judiciais que julgaram procedentes (total ou parcialmente) os referidos pedidos nos 1º e 2º Juizados de Violência Doméstica da comarca de Boa Vista.

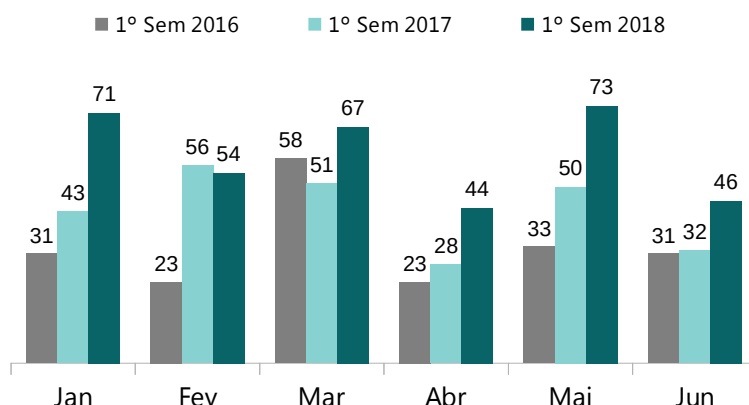
Também foram analisadas as certidões de acompanhamento lavradas pelas guarnições que integram a Patrulha Maria da Penha. Estas certidões contêm informações coletadas durante as visitas às vítimas, como o cumprimento ou não da medida protetiva por parte do agressor, o estado emocional da vítima e por quais motivos o acompanhamento foi encerrado.

Quantitativo de Casos no 1º Semestre de 2018 e Comparativo com Períodos Anteriores

Os dados estatísticos levantados pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar no primeiro semestre de 2018 mostram aumento no número de casos acompanhados pela Patrulha Maria da Penha ao longo de quase 3 anos de atuação deste programa. É o que se observa ao comparar os números dos acompanhamentos realizados no primeiro semestre de 2018 com os números do mesmo período em 2016 e 2017.

Comparativo entre os números de casos registrados no primeiro semestre dos anos de 2016, 2017 e 2018

	2016	2017	2018
Jan	31	43	71
Fev	23	56	54
Mar	58	51	67
Abr	23	28	44
Mai	33	50	73
Jun	31	32	46
Total	199	260	355



* 1º Sem 2017 – 1º Sem 2018 ↑ 36,5%; 1º Sem 2016 – 1º Sem 2018 ↑ 78,4%

De janeiro a junho de 2018, 355 casos de violência doméstica foram encaminhados para acompanhamento pela Patrulha, o que representa um aumento de 36,5% em relação ao primeiro semestre de 2017 (260 casos) e de 78,4% no comparado com o mesmo período em 2016 (199 casos).

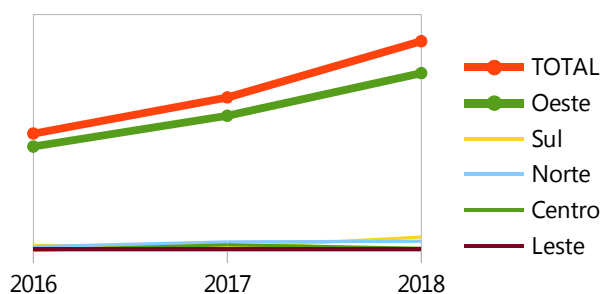
Distribuição dos Casos por Regiões do Município

Quanto à distribuição dos casos por regiões do município, verifica-se maior incidência na Zona Oeste da Cidade, responsável por 84,8% da demanda dos acompanhamentos, seguida pela Zona Sul, com 6,8% dos casos, Zona Norte com 4,8%, Centro da Cidade com 1,4% e Zona Leste da cidade, responsável por 1,1% dos casos no primeiro semestre de 2018.

Esta distribuição mantém proporções semelhantes à registrada nos anos de 2016 e 2017, no mesmo período, conforme o comparativo abaixo:

Distribuição dos casos por regiões da cidade: comparativo 2016 – 2018 (1º Semestre)

	2016 1º Sem	2017 1º Sem	2018 1º Sem
Zona Oeste	89%	88,1%	84,8%
Zona Sul	5%	2,7%	6,8%
Zona Norte	4%	6,2%	4,8%
Zona Centro	1%	0,8%	1,4%
Zona Leste	2%	1,5%	1,1%



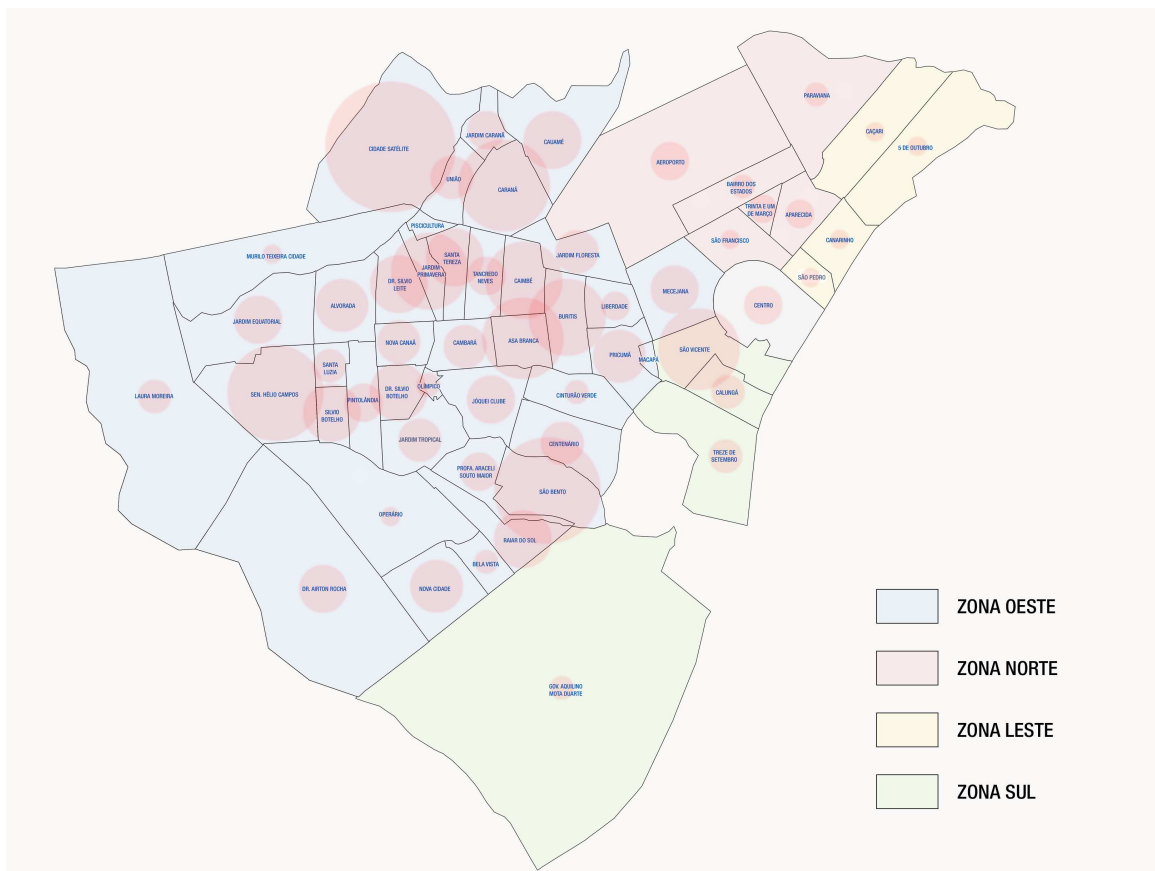
* Zona Oeste / Total de casos – desvio padrão: 2016-2017 – **1,02%**; 2017-2018 – **3,75%**

Os dados da tabela e gráfico acima mostram que, desde 2016, a frequência de casos oriundos da Zona Oeste da cidade acompanha a progressão geral dos atendimentos realizados pela Patrulha.

Responsável por 89% dos casos no primeiro semestre de 2016, a Zona Oeste manteve frequência semelhante em 2017 (88,1%) e em 2018 (84%), no mesmo período, apresentando variações inferiores a 5% entre os intervalos observados (2016-2017: 1,02%; 2017-2018: 3,75%).

Distribuição dos casos por regiões e bairros do município

Zona Oeste 84,8%				Zona Sul 6,76%		Zona Norte 4,79%		Centro 1,41%	
Murilo Teixeira	1	Dr Airton Rocha	7	Gov Aquilino Mot	2	São Francisco	1	Centro	5
Operário	1	Equatorial	7	13 de Setembro	4	Estados	2		
São Bento	1	Jóquei Clube	7	Calungá	4	Paraviana	2		
Bela Vista	2	Mecejana	7	São Vicente	14	31 de Março	3		
Cinturão Verde	2	Alvorada	8	TOTAL	24	Aparecida	3		
Olímpico	2	Nova Cidade	8			Aeroporto	5		
Liberdade	3	Pricumã	8			TOTAL	16		
Laura Moreira	4	Cauamé	9						
Santa Luzia	4	Dr. Sílvio Botelho	9	Zona Leste 1,13%		Zona Rural 0,28%		Outro 0,85%	
Jardim Caranã	5	Dr. Sílvio Leite	9	05 de Outubro	1	Zona Rural	1	Outro	3
Pintolândia	5	Raiar do Sol	9	Caçari	1				
Prof. ^a Araceli	5	Santa Tereza	9	Canarinho	1				
Tancredo Neves	5	Burititis	13	São Pedro	1				
Cambará	6	Caimbé	13	TOTAL	4				
Centenário	6	Jardim Primavera	13						
Jardim Floresta	6	Asa Branca	14						
Jardim Tropical	6	Caranã	16						
Nova Canaã	6	Sen Hélio Campos	17						
União	6	Cidade Satélite	24						
	TOTAL		301						



Formas de Violência Sofridas pela Vítima

Neste levantamento, as agressões sofridas pelas mulheres atendidas pela Patrulha foram classificadas em física, sexual, patrimonial e moral, de acordo com o entendimento que o art. 7º da Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha) dá a estes tipos de agressão.

As informações que geraram estes dados foram extraídas das declarações que as vítimas prestaram no momento da queixa/denúncia, o que ocorre, na maioria dos casos (99%), nas delegacias da capital.

Frequência das violências mais comuns

Tipo de Violência	Qnt	
Psicológica	272	76,6%
Moral	167	47,0%
Física	155	43,7%
Patrimonial	56	15,8%
Sexual	4	1,1%

* Em 99% dos casos encaminhados à Patrulha Maria da Penha, a vítima buscou as delegacias de polícia da capital para formalizar a queixa/denúncia.

Os dados acima mostram com que frequência cada um dos tipos mais comuns de violência doméstica aparecem nos casos atendidos pela Patrulha.

As agressões costumam ocorrer de maneira combinada, de forma que os relatos das vítimas apresentam, na maioria dos casos (63,10%), mais de um tipo de violência sofrida.

Agressões Associadas às Violências Física e Sexual

Física: 155 casos		Sexual: 4 casos	
Psicológica	57,4%	Psicológica	100%
Moral	43,2%	Física	75%
Patrimonial	14,8%	Moral	75%
Sexual	1,9%	Patrimonial	25%

Medidas Protetivas Concedidas

Neste período, as medidas protetivas mais frequentemente concedidas à mulher vítima de violência doméstica são aquelas que obrigam o agressor a tomar certas providências ou se abster de determinadas condutas.

O artigo 22 da Lei Maria da Penha relaciona as principais medidas protetivas e determina que elas sejam aplicadas em conjunto ou separadamente.

Frequência das medidas protetivas de urgência nos casos acompanhados pela Patrulha

Medida	Qnt	
Proibição de frequentar determinados lugares	355	100%
Proibição de aproximação com a ofendida	355	100%
Proibição de manter contato com a ofendida	350	98,6%
Afastamento do lar ou local de convivência	133	37,5%
Suspensão da posse ou restrição ao porte de armas	50	14,1%
Restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores	50	4,2%
Prestação de alimentos	2	0,6%

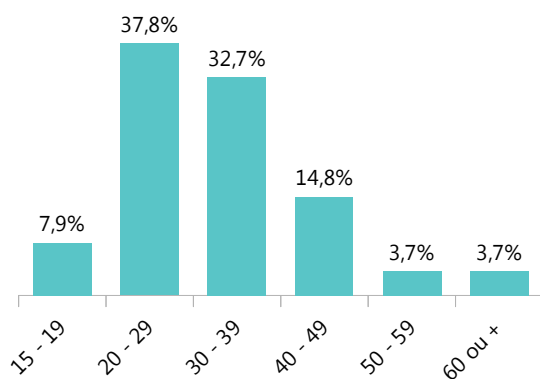
Perfil da Vítima

Das 355 mulheres encaminhadas para acompanhamento pela Patrulha Maria da Penha no 1º semestre de 2018, 67,94% delas declarou ter grau de instrução de médio a superior, e 28,71% de fundamental incompleto a médio incompleto. As com pós-graduação e as não alfabetizadas representam, respectivamente, 1,91% e 1,44% do total. Estes números levam em conta apenas os casos em que a vítima declarou seu grau de escolaridade (58,9%) no ato da **denúncia/queixa**.

Quanto à idade, 70,43% delas têm entre 20 e 39 anos. Destas, 74,34% declarou possuir grau de escolaridade de médio a superior, e 87,9% mantinham ou mantiveram, na época das agressões, alguma relação de afeto com o agressor (ex ou atual marido, companheiro ou namorado).

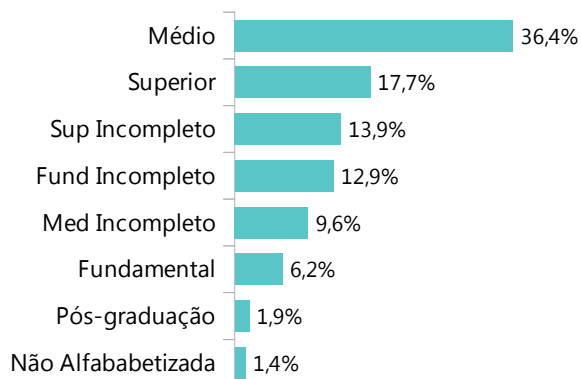
As vítimas idosas (60 anos ou mais) representam 3,66% das mulheres atendidas, das quais 61,53% atribuíram as agressões a algum dos filhos, e 30,77% delas informou que a relação com o agressor era de afeto (ex-marido, ex-namorado ou companheiro).

Faixa etária



* 20 – 39 anos: **70,43%**

Grau de Escolaridade



* Fund Inc – Méd Inc: **28,71%**; Médio – Superior: **67,94%**

Relação entre Agressor e Vítima

Ex-comp	Companheiro	Ex-namorado	Ex-marido	Filho/Filha	Marido	Irmão/Irmã	Namorado
45,07%	17,75%	9,01%	6,48%	5,35%	4,51%	4,23%	2,25%

*85,07% das vítimas mantinham ou mantiveram relacionamento afetivo com o agressor na época das agressões

Neste semestre, a Patrulha Maria da Penha recebeu para acompanhamento 21 casos com vítima venezuelana, o que corresponde a 5,9% de todos os casos recebidos nos 6 primeiros meses de 2018. Já em 2017, no mesmo período, houve apenas 1 caso envolvendo mulher venezuelana, de um total de 11 em todo o ano.

Nacionalidade da Vítima

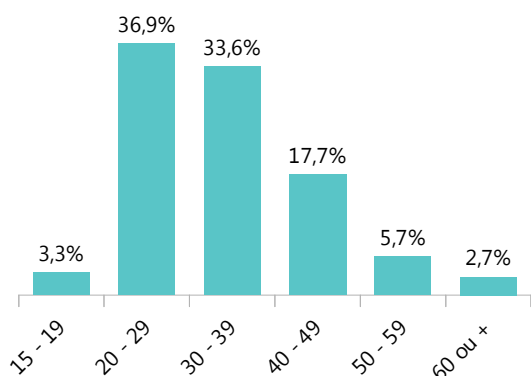
Brasileira	Guianense	Haitiana	Venezuelana
332	0	2	21
93,52%	0%	0,56%	5,92%

Perfil do Agressor

Quanto ao agressor, os números referentes a nacionalidade e faixa etária se aproximam daqueles observados para a vítima: 93% são brasileiros e 70,57% deles têm idades entre 20 e 39 anos.

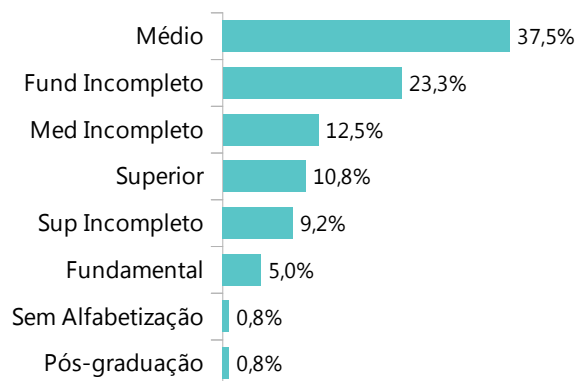
Já o grau de escolaridade tende para baixo entre os agressores: 40,83% deles têm grau de escolaridade de fundamental incompleto a médio incompleto, e 57,5% de médio a superior. Estes números consideram apenas os casos em que o grau de escolaridade do agressor consta no boletim de ocorrência ou documento equivalente (33,8% dos casos no semestre).

Faixa etária



* 20 – 39 anos: **70,57%**

Grau de Escolaridade



* Fund Inc – Méd Inc: **40,83%**; Médio a Superior: **57,5%**

No primeiro semestre de 2018, a Patrulha acompanhou 20 casos envolvendo agressor venezuelano. No mesmo período de 2017, houve apenas 1 caso, de um total de 7 em todo o ano.

Nacionalidade do Agressor

Brasileiro	Guianense	Haitiano	Venezuelano
330	1	2	20
93%	0,21%	0,43%	4,28%

Em 11 casos (3,1% do total) o agressor era do sexo feminino. Em 45,45% deles a agressora era filha da vítima, e em 27,27%, ex-companheira ou ex-namorada. Nos outros casos, a agressora era nora, cunhada ou vizinha.

Relação da vítima com a agressora: 11 Casos

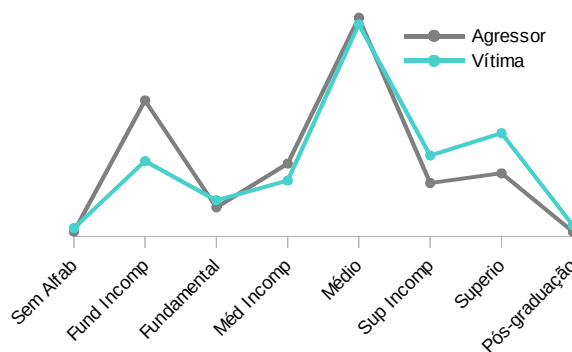
27,27% - Outra	Nora – 1 caso Cunhada – 1 caso Vizinha – 1 caso
27,27% - Relação de Afeto	Ex-companheira – 2 casos Ex-namorada – 1 caso
45,45% - Descendente	Filha – 5 casos

Comparativos: Idade e Grau de Escolaridade da Vítima e do Agressor

Ao comparar o grau de escolaridade do autor com o da vítima, observa-se que o nível médio é o mais frequente, com valores próximo para ambos. Já as diferenças acentuam-se no nível fundamental incompleto, maior para agressor, e no nível de escolaridade superior, maior para a vítima.

Grau de Escolaridade: comparativo ente agressor e vítima

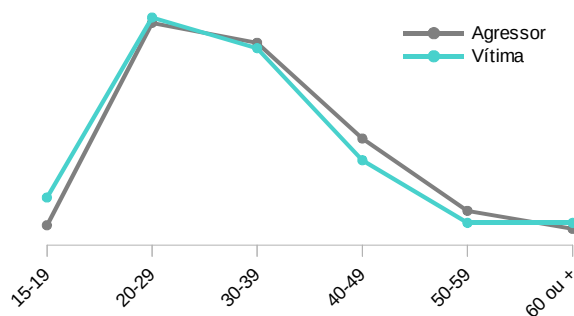
	Agressor	Vítima
Sem Alfabetização	0,83%	1,44%
Fund Incompleto	23,33%	12,92%
Fundamental	5%	6,22%
Médio Incompleto	12,5%	9,57%
Médio	37,5%	36,36%
Sup Incompleto	9,17%	13,88%
Superior	10,83%	17,7%
Pós-graduação	0,83%	1,91%



A distribuição por idade segue o mesmo padrão para agressor e vítima: acentua-se nas faixas etárias de 20 a 29 e de 30 a 39 anos, declina na faixa de 40 a 49 anos, e mantém frequência mais baixa a partir dos 50 anos idade.

Faixa Etária: comparativo entre agressor e vítima

	Agressor	Vítima
15-19	3,30%	7,89%
20-29	36,94%	37,75%
30-39	33,63%	32,68%
40-49	17,72%	14,08%
50-59	5,71%	3,66%
60 ou +	2,70%	3,66%

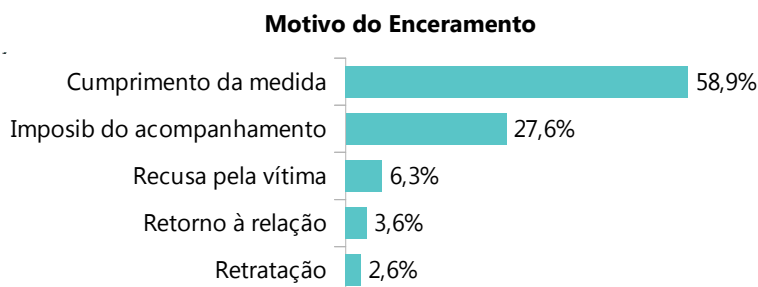


Acompanhamento da Patrulha Maria da Penha

Deferida a medida protetiva, a Patrulha Maria da Penha faz o acompanhamento da vítima em sua residência, com o objetivo de assegurar o cumprimento da medida e levar tranquilidade a mulher vítima de violência doméstica.

Este acompanhamento não tem duração pré-definida e encerra-se quando não for mais necessário, seja pela declaração expressa da vítima ou pela constatação da Patrulha, de acordo com as circunstâncias do caso.

Duração do Acompanhamento	
Até 15 Dias	21,9%
Entre 15 e 30 dias	23,4%
Entre 1 e 2 meses	46,4%
Maior que 2 meses	6,8%
Tempo Médio	34 dias



*Motivos que encerraram o acompanhamento pela Patrulha, de acordo com os relatórios de atendimento.

O acompanhamento é encerrado por cumprimento da medida quando o agressor mantém-se cumprindo as determinações constantes na medida protetiva e a vítima sente-se segura com isto.

A impossibilidade do atendimento ocorre, com maior frequência, quando a patrulha não consegue contato com a vítima, seja porque o endereço informado não foi localizado ou porque a vítima não foi encontrada no referido endereço. Em outros casos, menos frequentes, a vítima mudou de cidade.

A recusa do atendimento ocorre por declaração expressa da vítima que não deseja o atendimento, o que consta no termo de encerramento.

O acompanhamento também é encerrado quando a vítima reata o relacionamento com o suposto agressor ou quando ela se retrata do pedido de medida protetiva.

Estes dados foram produzidos a partir de informações coletados das Certidões de Término de Atendimento, documento elaborado pela guarnição da Patrulha que realizou o acompanhamento.

Reincidência das Medidas Protetivas de Urgência

Para este levantamento foram considerados reincidentes as Medidas Protetivas de Urgência em que, na pesquisa em cartório, constatou-se registro de feito anterior envolvendo as mesmas partes do pedido atual. A referida consulta é realizada nos sistemas Projudi e Siscom após a distribuição, para os 1º e 2º Juizados de Violência Doméstica, dos pedidos de medida protetiva.

A tabela e gráfico abaixo mostram com frequência ocorreram Medidas Protetivas reincidentes, por semestre, de Janeiro 2017 até o Junho de 2018.

Reincidência de pedidos de MPUs

	Total de Casos	Reincidentes	
2017 – 1º Semestre	260	39	15,0%
2017 – 2º Semestre	273	22	8,06%
2018 – 1º Semestre	355	19	5,4%

*A frequência de medidas reincidentes tem diminuindo desde o primeiro semestre de 2017.

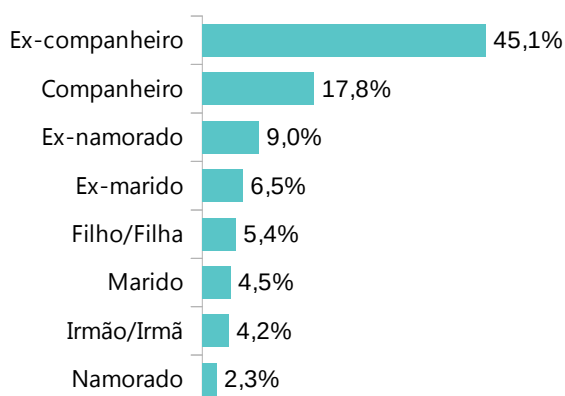
Fatores Relacionados à Violência Doméstica

De acordo com as informações prestadas pelas vítimas, em 85,07% dos casos existia alguma relação de afeto com agressor (atual ou ex: marido, companheiro ou namorado). Em 62,82% dos casos o agressor, na época da agressão, era o companheiro (17,75%) ou ex-companheiro (45,07%) da vítima.

Outros fatores relacionados à agressão, segundo a relatos das vítimas, foi a existência de filhos da vítima com o agressor (59%), agressões anteriores àquela de deu origem à medida protetiva (52%), consumo de álcool (21%) e de drogas ilícitas (12%).

Para este levantamento foram considerados os casos com as relações mais frequentes entre a vítima e o agressor, o que representa 94,6% do total de casos registrados no período.

Relação com o Agressor



* 85,7% dos casos envolvem relação de afeto

Outros Fatores

No 1º semestre de 2018, 59% das vítimas tinham filhos com o autor a época da agressão

Neste mesmo período, 52% das mulheres agredidas relataram agressões anteriores àquela que originou a medida protetiva

Houve relação com o consumo de álcool em 21% dos casos, segundo as vítimas

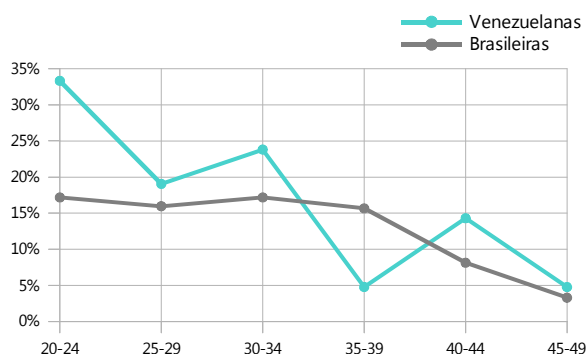
E uso de drogas ilícitas em 12%, ainda de acordo com relatos das vítimas nos Boletins de Ocorrência

Em 60,98% dos casos, a agressão que deu motivo à MPU ocorreu na residência da vítima*

*Considera apenas os casos em que a vítima informou, no Boletim de ocorrência, o local da agressão (69,29%).

Comparativo: Vítima Venezuelana (5,92%) e Vítima Brasileira (93,52%)

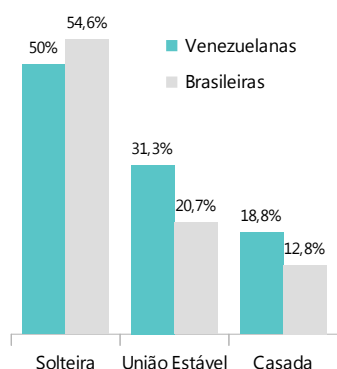
Faixa Etária



Idade	Venezuelanas	Brasileiras
20-24	33,3%	17,2%
25-29	19,1%	16%
30-34	23,8%	17,2%
35-39	4,8%	15,7%
40-44	14,3%	8,1%
45-49	4,8%	3,3%

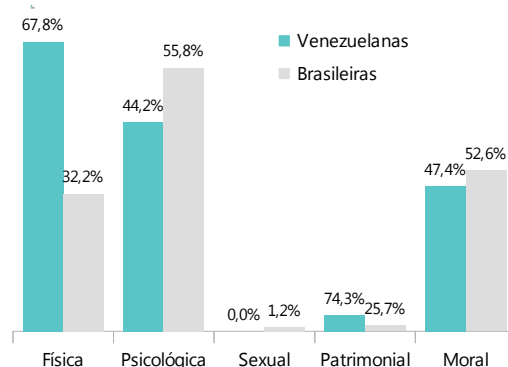
Comparativo entre faixas etárias das vítimas venezuelanas (21 casos) e as faixas etárias correspondes das vítimas brasileiras. Para vítimas brasileiras, foram considerados apenas aquelas que se encontram no mesmo intervalo de idade que as vítimas venezuelanas (20 a 48 anos), o que corresponde a 81,62% (271 casos) dos casos com vítima brasileira.

Estado Civil



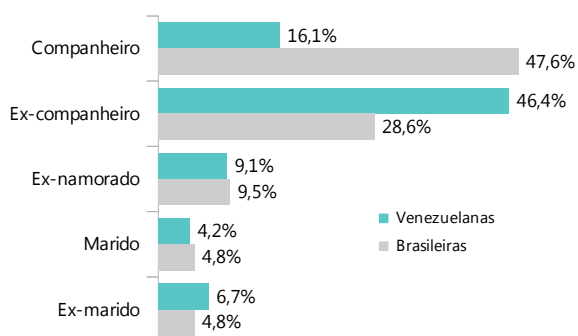
Considera apenas os casos em que a vítima declarou o estado civil no ato do registro do Boletim de Ocorrência: Venezuelanas: 80,95%; Brasileiras:91,27%.

Agressão Sofrida



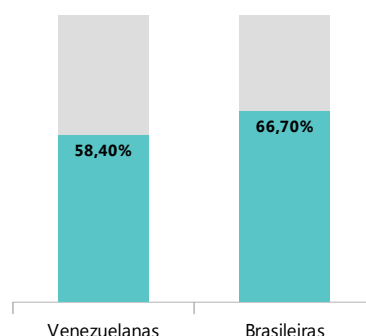
Considera o relato da vítima no boletim de ocorrência e o entendimento que a Lei 11.340/2006 dá para cada forma de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Relação com o Agressor



Considera apenas o tipos de relação existentes nos casos com vítima venezuelana, o que corresponde a 82,4% dos casos em que a é vítima brasileira.

Filhos com o Agressor

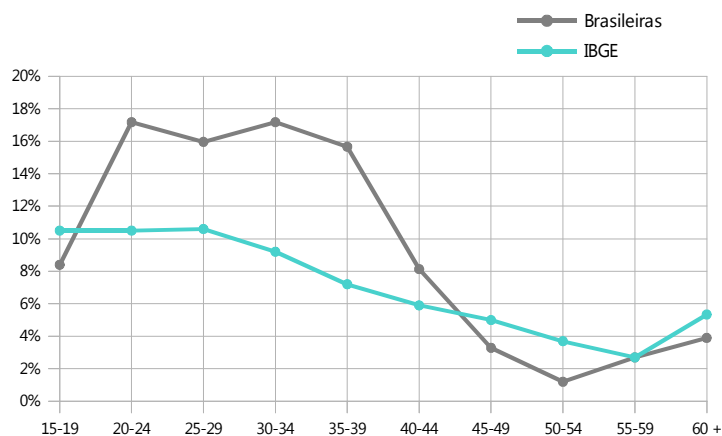


Considera apenas os casos em a vítima declarou, no Boletim de Ocorrência, a existência ou não de filhos com o agressor: Venezuelanas: 85,7%; Brasileiras: 86,1%.

Comparativo: Vítimas Brasileiras x IBGE – Censo Demográfico 2010

Os gráficos e tabela abaixo mostram a relação entre o perfil das mulheres brasileiras vítimas de violência doméstica atendida pela programa Patrulha Maria da Penha e os números correspondentes do último Censo Demográfico do IBGE, realizado no ano de 2010, para a população do município de Boa Vista.

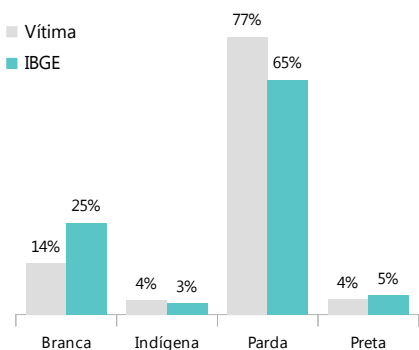
Idade da Vítima



Idade	Vítima	IBGE
15-19	8,4%	10,5%
20-24	17,2%	10,5%
25-29	16%	10,6%
30-34	17,2%	9,2%
35-39	15,7%	7,2%
40-44	8,1%	5,9%
45-49	3,3%	5%
50-54	1,2%	3,7%
55-59	2,7%	2,7%
60 ou +	3,9%	5,3%

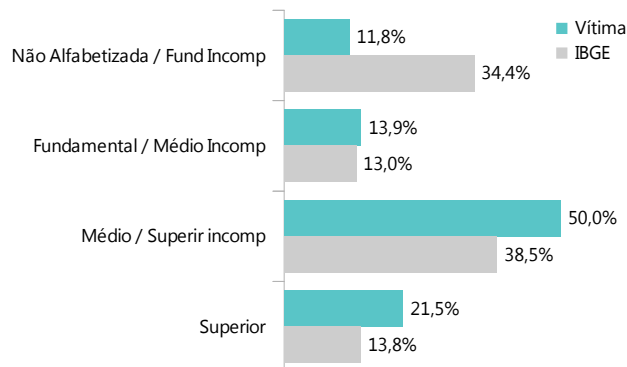
Para este comparativo foram considerados apenas os casos envolvendo vítima brasileira, o que corresponde a 93,52% do total de casos atendidos pela Patrulha no 1º semestre de 2018 (332 casos).

Cor da Vítima



Considera apenas os casos em que a vítima declarou a cor no Boletim de Ocorrência (84,6%)

Escolaridade



Considera apenas os casos em que a vítima declarou o grau de escolaridade no Boletim de Ocorrência (60,2%)